



## Os desafios trazidos pelo ingresso de estudantes negros e pobres nas Universidades: quais políticas públicas devemos exigir?

Lucília Laura Pinheiro Lopes, prof<sup>a</sup> de filosofia/11

*“Nos últimos anos, as iniciativas de promoção de acesso ao Ensino Superior vêm se destacando como palco de expressivos avanços no que se refere a iniciativas de combate às desigualdades raciais e à ampliação de oportunidades sociais.”  
(Jaccoud, in THEODORO, 2008)*

Entendemos essa afirmação necessária para direcionar e estabelecer políticas públicas de superação as desigualdades raciais existentes no Brasil, pois o acesso ao ensino superior garante a mudança de perspectivas para a população negra e pobre desse país. Considerando aqui perspectivas educacionais, profissionais, econômicas, socioculturais, históricas e psicológicas.

A pesquisa do INEP -Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira aponta para essa discussão:

*A maioria dos alunos entrevistados percebe o ProUni como medida que democratiza o ensino superior, por oferecê-lo as pessoas que não têm condições financeiras para financiar.* (Carvalho).

Oportunizar e promover o acesso ao ensino superior universal é o primeiro passo para a mudança efetiva de uma sociedade. O que não se pode deixar de lado é o acompanhamento e direcionamento dessas ações.

Após quase 11 anos de ações afirmativas em universidades públicas e privadas ainda não temos uma legislação como política pública para fiscalizar e direcionar as ações dessas instituições;

*“A inexistência de uma legislação federal sobre o tema e a ausência de uma ação de promoção ou coordenação nacional dessas experiências, seja por parte da Seppir ou do MEC, tem permitido a proliferação de um conjunto bastante diverso de ações afirmativas.” Jaccoud, in THEODORO, 2008)*

Exigir da SEPPIR, o acompanhamento sistemático de ações das instituições que implantaram cotas?

Cobrar do MEC, que desenvolva iniciativas de apoio a essas experiências, quer na forma de bolsas de manutenção ou outra forma de apoio que vise à permanência do/a cotista na universidade?

Que o MEC oriente, avalie e financie encontros ou promoção de eventos nessa perspectiva?

A extinção dos vestibulares?

Implantação de cotas em outros setores além da educação universitária, em que se reconheça a ausência de negros e pobres?

São algumas das indagações que devem servir como diretrizes para os próximos passos na construção de um país em condições de igualdade para todos.

Considerando que as argumentações contra o sistema de cotas já foram superadas por parte dos legisladores e se reconhece que,

*a diversidade social e cultural da sociedade brasileira não pode ficar ausente do ambiente universitário, responsável não apenas pela difusão, mas, de forma privilegiada no país, pela geração de conhecimento.* Jaccoud, in THEODORO, 2008)



Torna-se indispensável políticas que sistematizem essas ações, como articular ao sistema de cotas um conjunto mais amplo de ações que atue em diversos setores da instituição, seguindo o exemplo da UnB que ofereceu a disciplina Pensamento Negro Contemporâneo.

Outro aspecto, a ser repensado sobre a inserção de negros e pobres nas universidades, é a urgente mudança de olhar. Faz-se necessário, hoje, um olhar mais atento de todos os seguimentos, para a diversidade econômica, cultural, histórica e étnica do Brasil.

Gerar conhecimento que contemple a diversidade é um dos muitos desafios que se deve considerar no momento. Desafio este que exige firmeza e tranquilidade, pois negros e pobres convivendo em situação de igualdade, ainda que somente a partir da sua entrada, com ricos no espaço universitário, é provocação para construção de novo conhecimento com perspectivas do oprimido. Para tanto será necessário superar a cilada imposta pelo contexto sócio-econômico da universidade e não perder a identidade de diversidade, nesse espaço.

A diversidade passa a ser um problema no espaço universitário quando se quer ficar invisível, imune a provocações e insultos.

Para que a política seja exigida é necessário não se esquecer de onde saíram os negros e pobres, ainda antes, quais momentos e condições históricas os submeteram a tais circunstâncias sociais no Brasil. A vergonha pela pobreza deve dar lugar para exigência de condições e oportunidades de desenvolvimento pleno.

Os movimentos sociais e entidades da grandeza da Educafro são responsáveis em:

*“...recolocar no debate a discussão sobre a educação pública no Brasil, seu papel e a qualidade de seu ensino. E, por fim, tem feito avançar nossa compreensão sobre democracia e sobre a variedade de instrumentos que devem ser mobilizados na construção de maior justiça social.” (Jaccoud, in THEODORO, 2008)*

Os desafios mudam à medida que mais negros e pobres tomam posse do seu espaço nas universidades brasileiras, elaboram pesquisas sobre suas realidades e interesses. Manter-se atento e participante é o que se espera dos que utilizam das políticas de inclusão, para que de fato a mudança ocorra antes de entrarmos em uma nova década.

#### **Bibliografia:**

- CARVALHO, José Carmello, O PROUNI COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO: ESTUDO DE CAMPO SOBRE AS DIMENSÕES INSTITUCIONAIS E INTERSUBJETIVAS DA INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA, JUNTO A 400 BOLSISTAS NO BIÊNIO 2005-2006.

-THEODORO, Mário, As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil, IPEA 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (Promulgada em 05/10/1988). São Paulo: Atlas, 1992.

BRASIL. Portaria nº 1156 do Ministério da Justiça, de 20 de dezembro de 2001, sobre ações afirmativas. Disponível em: [www.mj.gov.br/sedh/Cncd/AAMJ.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/Cncd/AAMJ.htm). Acessado em ....